

<https://doi.org/10.26512/pól.v9i17.29781>

Tradução recebida em: 30/11/2020

Tradução aprovada em: 09/02/2020

Tradução publicada em: 10/02/2020

À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS

Simone Weil

Tradutorxs

Philippe Claude Thierry Lacour¹

(unb@philippelacour.net)

Jade Oliveira Chaia²

(jade.joc@gmail.com)

Michelly Alves Teixeira³

(michellyteixeira@hotmail.com)

Felipe Matos Lima Melo⁴

(felipemelounb@gmail.com)

Mariana Mendes Sbervelheri⁵

(marisbervelheri@gmail.com)

Manuella Mucury Teixeira⁶

(mucuryrev@gmail.com)

¹ Professor Dr. do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424210911031934>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-584X>.

² Graduanda em Filosofia pela Universidade de Brasília.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256651921407653>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

³ Mestranda em Filosofia pela Universidade de Brasília

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6860370367827142>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

⁴ Mestrando em Filosofia pela Universidade de Brasília.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0491287669927680>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9257-405X>.

⁵ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília.

CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/3071214480323941>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-0160>.

⁶ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília.

CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/5873341738867668>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0320-2113>.



Sèdjro Crédo Randal e Zitti⁷
(credozitti@gmail.com)

Revisão Técnica
Filipe Ceppas⁸
(filcepps@gmail.com)

RESUMO

O livro *Contre le colonialisme* reúne uma coletânea de artigos escritos entre os anos de 1936 e 1943, em que Simone Weil discute o tema do colonialismo, sobretudo a relação entre a França e as práticas coloniais. A autora, busca (re)pensar a questão da colonização, em especial as práticas coloniais, junto ao problema de uma doutrina, de uma fé para o povo francês e para aqueles que dependam dele. Apresenta três tentações que devem ser superadas, quais sejam o patriotismo, o recurso às competências e a tentação cristã; para tanto retoma aspectos históricos a fim de fazer tábula rasa do passado. A tradução da presente obra foi realizada pelo Grupo de Tradução do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, coordenado pelo professor doutor Philippe Lacour. O grupo se propõe traduzir regularmente obras de filosofia francesa ainda inéditas em língua portuguesa. O trabalho de tradução é produzido de maneira colaborativa através da plataforma digital *TraduXio* (<https://traduxio.org/>).

Palavras-chave: TraduXio. Filosofia Francesa. Simone Weil. Colonialismo.

BIOGRAFIA

Simone Weil (1909-1943) foi filósofa, escritora, ativista política e humanista. Nasceu em Paris, no seio de família judaica. Formou-se em filosofia pela *Université de Sorbonne* e se tornou a primeira mulher catedrática da França. Militou fervorosamente pela causa dos trabalhadores fabris e, posteriormente, lutou na Guerra Civil Espanhola. Faleceu aos trinta e quatro anos por motivos de saúde.⁹

SOBRE A QUESTÃO COLONIAL E A SUA RELAÇÃO COM O DESTINO DO POVO FRANCÊS¹⁰

O problema de uma doutrina ou de uma fé para a inspiração do povo francês na França, na sua resistência atual e na construção futura, não pode ser separado do problema da colonização. Uma doutrina não se limita ao interior de um território. O mesmo espírito se

⁷ Graduando em Relações Internacionais pela UnB.
CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/7778658927377311>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6508-5864>.

⁸ Professor Dr. da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/9172119452015896>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2499-9210>.

⁹ Para mais informações, vide texto disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/filosofia-e-mistica-em-simone-weil/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹⁰ Escrito em Londres para os serviços de *France Libre*.



exprime nas relações de um povo com aqueles que o dominaram pela força, nas relações interiores de um povo com ele mesmo, e nas relações com aqueles que dependem dele.

Para a política interior da França, ninguém seria louco de proclamar que a IIIª República, tal como ela existia em 03 de setembro de 1939, irá ressuscitar inteiramente. Fala-se somente de um regime conforme as tradições da França, isto é, principalmente, da inspiração que fez a França da Idade Média exercer um tão grande papel na Europa, e da inspiração da Revolução Francesa. Trata-se, grosso modo, da mesma, traduzida da linguagem católica para a linguagem laica.

Se verdadeiramente esse critério é válido para a França, se ele é real, não deve haver outro para as colônias.

Isso supõe não uma manutenção, mas uma suspensão do *status quo* até que o problema colonial seja repensado, ou melhor pensado. Pois nunca houve na França uma doutrina colonial. Uma tal doutrina não poderia existir. O que houve foram práticas coloniais.

Para pensar esse problema, existem três tentações a superar. A primeira é o patriotismo, que tende a preferir seu país à justiça, ou a admitir que nunca seria o caso de escolher entre um e outro. Se na pátria existe algo de sagrado, devemos reconhecer que há povos que nós privamos de sua pátria. Se não há nada disso, não devemos considerar nosso país quando ele se põe um problema de justiça.

A segunda tentação é o recurso às competências. As competências, nesse caso, são os colonos. Eles são parte do problema. Se o problema fosse mesmo analisado a fundo, eles poderiam até se tornar acusados. Seu julgamento não é imparcial. Aliás, se eles deixaram a França pelas colônias, é porque, na maioria dos casos, o sistema colonial de antemão os atraía. Uma vez lá, sua situação fez com que eles sofressem uma transformação. A linguagem dos nativos, até a dos mais revoltados, é um documento menos avassalador para a colonização do que aquela de muitos dos colonos.

Sempre que podem, os nativos que vêm para a França preferem antes lidar com os franceses da França do que com os colonos. Essa competência não é apreciada por eles. Mas, na realidade, eles são redirecionados sempre aos colonos. O prestígio das competências é tal na França que, quando os nativos se arriscam a fazer uma denúncia contra um ato de opressão, frequentemente essa denúncia retorna, de escritório em escritório, para aquele que era denunciado, e este aproveita para se vingar. Existe a tendência de fazer a mesma operação em grande escala.

Esta competência não é somente viciada, ela também está muito fragmentada. Ela está muitas vezes no espaço, no sentido de que muitos conhecem

**À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC
LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS**



um lugar do império e generalizam. Ela está sobretudo no tempo. Exceto em Marrocos, onde certos franceses ficaram realmente apaixonados pela cultura árabe – e esse ambiente, a propósito, começa a constituir uma fonte de renovação para a cultura francesa –, os colonos franceses, geralmente, não têm curiosidade pela história do país onde eles se encontram. Mesmo que tivessem, a administração francesa nada faz para tornar tal estudo possível.

Como pretender que se compreenda o mínimo que seja de um povo quando se esquece que ele tem um passado? Nós, franceses, não procuramos nossa inspiração no passado da França? Cremos que ela é a única a ter um?

A terceira tentação é a tentação cristã. Constituindo a colonização um meio favorável às missões, os cristãos são tentados a amá-la por esse motivo, mesmo quando reconhecem suas taras.

Mas, sem discutir a questão – que, no entanto, mereceria exame – de saber se um hindu, um budista, um muçulmano ou um daqueles que chamamos pagãos não têm, em sua própria tradição, um caminho para a espiritualidade que lhe propõe as igrejas cristãs, seja como for, Cristo jamais disse que os navios de guerra devem acompanhar, mesmo de longe, aqueles que anunciam a Boa Nova. A presença destes, muda o caráter da mensagem. O sangue dos mártires dificilmente pode conservar a eficácia sobrenatural que lhe é atribuída quando é vingado pelas armas. Queremos ter mais vantagens em seu jogo do que é permitido ao homem quando se quer ter ao mesmo tempo a Cruz e a Espada.

Os mais ferventes dos laicos, os franco-maçons, ateístas, gostam da colonização por uma razão diametralmente oposta, mas melhor fundada nos fatos. Gostam dela como extirpadora de religiões, o que ela é de fato; ela faz pessoas perderem sua religião em número muito superior do que o das pessoas para as quais ela traz uma nova. Mas aqueles que contam com ela para difundir aquilo que chamam de fé laica se enganam também. A colonização francesa implica, de um lado, uma influência cristã, do outro, uma influência das ideias de 1789. Mas as duas são relativamente fracas e passageiras. Só pode ser assim, visto o modo de propagação dessas influências, e a distância exagerada entre a teoria e a prática. A influência forte e sustentável vai na direção da incredulidade ou, melhor dizendo, do ceticismo.

O mais grave é que, como o alcoolismo, a tuberculose e algumas outras doenças, o veneno do ceticismo é bem mais virulento em um terreno outrora intacto. Infelizmente, nós não acreditamos em muita coisa. Nós fabricamos, com o nosso contato, uma espécie de homem que não acredita em nada. Se isso continuar, sofreremos um dia a reação, com uma brutalidade da qual o Japão nos dá somente uma amostra.



Não podemos dizer que a colonização faça parte da tradição francesa. É um processo que aconteceu ao longo da vida do povo francês. A expedição da Argélia foi, por um lado, uma questão de prestígio dinástico; por outro, uma medida de polícia mediterrânea; como acontece frequentemente, a defesa se transformou em conquista. Depois, a aquisição da Tunísia e do Marrocos foi, como disse um daqueles que participaram intensamente da segunda, sobretudo, um reflexo do camponês que alarga seu pedaço de terra. A conquista da Indochina foi uma reação de revanche contra a humilhação de 1870. Não tendo sabido resistir aos alemães, e nos aproveitando de problemas passageiros, fomos, em compensação privar de sua pátria um povo de civilização milenar, pacífico e bem organizado. Mas, o governo de Jules Ferry realizou esse ato, abusando de seus poderes e desafiando abertamente a opinião pública francesa; outras partes da conquista foram executadas por oficiais ambiciosos e diletantes que desobedeceram às ordens formais de seus chefes.

As ilhas da Oceania foram conquistadas pelo azar da navegação, sob a iniciativa de tal ou tal oficial, e entregues a um punhado de guardas, de missionários e de comerciantes, sem que o país jamais se interessasse por elas.

Foi apenas a colonização na África negra que provocou o interesse público. Foi também a mais justificável, visto o estado desse infeliz continente, do qual ignora-se quase inteiramente a história, mas no qual os Brancos tinham provocado todas as destruições possíveis desde quatro séculos, com suas armas de fogo e seu comércio de escravos. Isso não impede que exista um problema não resolvido da África negra.

Não se pode dizer que o *status quo* seja uma resposta aos problemas do Império francês. E, tem ainda, outra coisa que não se pode nem dizer nem pensar. É que esse problema concerne apenas ao povo francês. Isso seria exatamente tão legítimo quanto a pretensão análoga de Hitler sobre a Europa Central. Esse problema concerne, para além do povo francês, ao mundo inteiro, e, antes de tudo, às populações sujeitadas.

A força sobre a qual repousa um império colonial é uma frota de guerra. A França perdeu quase toda a sua. Não se pode dizer que ela a tenha sacrificado; ela a perdeu por causa do inimigo, que teria se apoderado dela se ela não tivesse sido destruída. A partir de então, a França dependerá, após a vitória, para suas relações com o império, dos países que tem uma frota. Como esses países não teriam direito de dar sua opinião em todo grande problema concernente ao império? Se é a força que decide, a França perdeu a sua; se é o direito, a França nunca teve o de dispor do destino de populações não francesas. Em nenhum sentido, nem de direito, nem de fato, pode-se dizer que os territórios habitados por essas populações são propriedade da França.

**À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC
LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS**



O maior erro que a França livre poderia cometer atualmente seria querer, eventualmente, manter essa pretensão como um absoluto diante da América. Nada pode ser pior do que uma atitude radicalmente contrária ao mesmo tempo ao ideal e à realidade. Uma atitude oposta a um dos dois e de acordo com o outro possui já grandes inconvenientes; mas a primeira contém todos eles.

É preciso considerar o problema colonial como um problema novo. Duas ideias essenciais podem lançar-lhes alguma luz.

A primeira ideia é que o hitlerismo consiste na aplicação, pela Alemanha ao continente europeu e, mais genericamente, aos países de raça branca, de métodos de conquista e de dominação coloniais. Os tchecos, os primeiros, assinalaram essa analogia quando, ao protestarem contra o protetorado de Boemia, disseram: “Jamais um povo europeu foi submetido a um tal regime”. Se examinarmos em detalhes os processos de conquistas coloniais, a analogia com os processos hitleristas é evidente. Podemos encontrar um exemplo deles nas cartas escritas por Lyautey de Madagascar. O excesso de horror, que desde algum tempo parece distinguir a dominação hitlerista de todas as outras, talvez possa ser explicado pelo medo da derrota. Isso não nos deve fazer esquecer a analogia essencial dos processos, vindos uns e outros, ademais, do modelo romano. Esta analogia fornece uma resposta já feita a todos os argumentos em favor do sistema colonial. Pois todos eles, os bons, os menos bons e os ruins, são utilizados pela Alemanha, com o mesmo grau de legitimidade, na sua propaganda concernente à unificação da Europa.

O mal que a Alemanha teria feito à Europa, se a Inglaterra não tivesse impedido sua vitória, é o mal que faz a colonização, é o desenraizamento. Ela teria privado os países conquistados de seu passado. A perda do passado é a queda na servidão colonial.

Esse mal que a Alemanha tentou inutilmente nos fazer, nós o fizemos a outros. Por nosso erro, pequenos polinésios recitam na escola: “Nossos ancestrais, os gauleses, tinham os cabelos loiros, os olhos azuis...” Alain Gerbault descreveu em livros que foram amplamente lidos, mas não tiveram qualquer influência, como nós fazemos literalmente morrer de tristeza essas populações, interditando seus costumes, suas tradições, suas festas, toda sua alegria de viver.

Por nossa culpa, os estudantes e os intelectuais anamitas não podem, salvo raras exceções, entrar nas bibliotecas que contêm todos os documentos relativos à história de seu país. A ideia que têm de sua pátria antes da conquista, eles a receberam de seus pais. Essa ideia é, certa ou errada, aquela de um Estado pacífico, sabiamente administrado, onde o excedente de arroz era conservado nos armazéns para ser distribuído em tempos de fome, contrariamente à prática mais recente de exportar o arroz do sul, enquanto a



fome assola as populações do norte. A máquina do Estado repousava inteiramente sobre os concursos, dos quais todas as classes sociais podiam participar. Bastava ter estudado, o que era possível mesmo sem fortuna e em uma vila distante. Os concursos aconteciam a cada três anos. Os candidatos reuniam-se em um Prado, e durante três dias compunham um ensaio sobre um tema dado, geralmente tirado da filosofia chinesa clássica. Os concursos tinham graus de dificuldade diferentes, e passava-se de grau em grau. Cada concurso fornecia o meio pelo qual eram escolhidos os funcionários da dignidade correspondente, e ao concurso mais elevado correspondia a dignidade de Primeiro Ministro; o imperador não era livre para escolher um Primeiro Ministro em outro lugar. Havia um grau muito alto de descentralização na administração e na cultura; há traços disso agora mesmo em certas vilas do norte de Tonkin, onde os camponeses conhecem os caracteres chineses e improvisam poesia no decorrer das grandes festas.

Esse quadro talvez pareça embelezado, mas é preciso confessar que ele corresponde à impressão que dão certas cartas de missionários do século XVII. De toda maneira, qualquer seja a parte de lenda, esse passado é o passado desse povo, que não saberia encontrar inspiração em outro lugar. Ele já está quase inteiramente desenraizado, mas não inteiramente. Se, uma vez os japoneses expulsos, ele recair sobre a dominação europeia, o mal será irremediável.

Independente do alívio que, provavelmente, a partida dos japoneses deve causar, uma continuação da dominação francesa não seria sofrida sem horror, em razão das atrocidades que, segundo testemunhos concordantes, foram cometidas pelos franceses para reprimir uma rebelião no momento do acordo franco-japonês. Segundo um desses testemunhos, vilas teriam sido aniquiladas por bombardeios aéreos, e milhares de pessoas, acusadas de ser as famílias dos rebeldes, colocadas sobre decks e afundadas. Mesmo que essas atrocidades, caso sejam verdade, tenham sido cometidas pelos homens de Vichy, a população não fará a distinção.

Ao privar os povos de sua tradição, de seu passado e, por conseguinte, de sua alma, a colonização os reduz ao estado de matéria humana. As populações dos países ocupados não são outra coisa aos olhos dos alemães. Mas não se pode negar que a maior parte dos coloniais tenham a mesma atitude em relação aos nativos. O trabalho forçado foi extremamente letal na África negra francesa, e o método das deportações massivas foram praticadas para povoar a curva do rio Níger. Na Indochina, o trabalho forçado existe nas plantações sob disfarces transparentes; os fugitivos são trazidos de volta pela polícia e, às vezes, como castigo, expostos às formigas vermelhas. Um francês, engenheiro em uma dessas plantações, dizia em relação aos golpes que são a punição mais ordinária: “Mesmo colocando-se no nível da bondade, é o melhor procedimento, pois, como estão no limite extremo da fadiga



e da fome, qualquer outra punição seria mais cruel”. Um cambodiano, doméstico de um guarda francês, dizia: “Gostaria de ser o cachorro do guarda; ele recebe comida e não apanha”.

Em nossa luta contra a Alemanha, podemos ter duas atitudes. Qualquer que seja a necessidade da união, é preciso absolutamente escolher, tornar a escolha pública e exprimi-la em atos. Podemos lamentar que a Alemanha tenha realizado o que nós teríamos desejado ver realizado pela França. É assim que alguns jovens franceses dizem que sustentam o general de Gaulle pelos mesmos motivos que sustentariam Hitler se eles fossem alemães. Ou bem podemos ter horror não da pessoa ou da nacionalidade, mas do espírito, dos métodos, das ambições do inimigo. Nós só podemos fazer a segunda escolha. De outro modo, é inútil falar da Revolução Francesa ou do cristianismo. Se realizamos essa escolha, é preciso mostrá-la em todas as nossas atitudes.

Lutar contra os alemães não é uma prova suficiente de que nós amamos a liberdade. Pois os alemães não tiraram somente nossa liberdade. Eles nos tiraram também nossa força, nosso prestígio, nosso tabaco, nosso vinho e nosso pão. Motivos misturados sustentam nossa luta. A prova decisiva seria favorecer todo arranjo garantindo uma liberdade, ao menos parcial, para aqueles cuja liberdade nós antes negamos. Podemos, assim, persuadir não apenas os outros, mas nós mesmos, de que somos verdadeiramente inspirados por um ideal.

A analogia entre o hitlerismo e a expansão colonial, ao nos ditar a atitude a ser tomada do ponto de vista moral, fornece também a solução prática menos ruim. A experiência dos últimos anos mostra que uma Europa formada de grandes e pequenas nações, todas soberanas, é impossível. A nacionalidade é um fenômeno indeciso sobre uma grande parte do território europeu. Até mesmo em um país como a França, a unidade nacional sofreu um impacto bastante duro; bretões, lorenos, parisienses, provençais têm uma consciência mais aguda do que antes da guerra de serem diferentes uns dos outros. Apesar de vários inconvenientes, isso está longe de ser um mal. Na Alemanha, os vencedores esforçar-se-ão para enfraquecer o máximo possível o sentimento de unidade nacional. Muito provavelmente, uma parte da vida social na Europa será fragmentada em uma escala muito menor do que a escala nacional; uma outra parte será unificada em uma escala muito maior; a nação será apenas um dos quadros da vida coletiva, em vez de ser praticamente tudo, como durante os últimos vinte anos. Para os países fracos, mas há muito tradicionalmente acompanhados de uma consciência aguda, como a Bohemia, a Holanda, os países Escandinavos, será necessário elaborar um sistema de independência combinado com uma proteção militar exterior. Esse sistema pode ser aplicado tal qual nos outros continentes. É evidente que, nesse caso, a Indochina estaria, como sempre esteve, na órbita da China. A parte árabe da África poderia recuperar uma



vida própria sem perder toda a relação com a França. Quanto à África negra, parece razoável que, para os problemas globais, ela dependa inteiramente de toda Europa, e que, para todo o resto, ela retome uma vida feliz, de vilarejo em vilarejo.

A segunda ideia que pode esclarecer o problema colonial é que a Europa está situada como uma espécie de meio proporcional entre a América e o Oriente. Sabemos muito bem que, depois da guerra, a americanização da Europa é um perigo muito grave, e sabemos muito bem o que perderíamos se ela acontecesse. Ora, o que perderíamos é a parte de nós mesmos que é muito próxima do Oriente.

Consideramos os orientais de maneira totalmente equivocada, como primitivos e selvagens, e dizemos isso a eles. Os orientais nos consideram, não sem motivos, como bárbaros, mas eles não o dizem. Da mesma forma, temos a tendência a considerar a América como não tendo uma verdadeira civilização, e os americanos a acreditar que somos primitivos.

Se um americano, um inglês e um hindu estão juntos, os dois primeiros têm em comum o que chamamos de cultura ocidental, isto é, uma certa participação em uma atmosfera intelectual composta pela ciência, pela técnica e pelos princípios democráticos. O hindu é estranho a tudo isso. Em contrapartida, o inglês e ele têm em comum algo do qual o americano está absolutamente privado. Esse algo é um passado. Certamente, seus passados são diferentes. Mas muito menos do que acreditamos. O passado da Inglaterra é o cristianismo, e antes disso, um sistema de crenças provavelmente próximo do helenismo. O pensamento hindu é muito próximo de um e de outro.

Nós Europeus, hoje, em luta contra a Alemanha, falamos muito do nosso passado. É porque temos a angústia de perdê-lo. A Alemanha nos quis arrancá-lo; a influência americana o ameaça. Estamos por um fio de perdê-lo. Não queremos que esse fio seja cortado. Queremos nos enraizar novamente em nosso passado. Ora, do que temos muito pouca consciência é de que nosso passado nos vem em grande parte do Oriente.

Tornou-se um lugar comum dizer que nossa civilização, por ser de origem greco-romana, se opõe ao Oriente. Como muitos lugares comuns, isto é um erro. O termo greco-romano não quer dizer nada preciso. A origem da nossa civilização é grega. Nós recebemos dos Romanos apenas a noção de Estado, e o uso que fazemos dele nos faz pensar que é uma herança ruim. Dizemos que eles inventaram o espírito jurídico; mas a única coisa certa sobre isso é que o seu sistema jurídico é o único que se conservou. Desde que conhecemos um código babilônico datado de quatro mil anos, não se pode mais crer que eles tenham tido um monopólio. Em todos os outros domínios, sua contribuição criadora foi nula.



Quanto aos Gregos, fonte autêntica de nossa cultura, eles receberam o que nos transmitiram. Incluindo o fato de que o orgulho dos sucessos militares os tornou imperialistas, e eles o declararam abertamente. Heródoto não poderia ser mais claro a esse respeito. Havia, antes dos tempos históricos, uma civilização mediterrânea cuja inspiração vinha antes de tudo do Egito, em segundo lugar dos fenícios. Os helenos chegaram às bordas do Mediterrâneo como uma população de conquistadores nômades quase sem cultura própria. Eles impuseram sua língua, mas receberam a cultura do país conquistado. A cultura grega foi o resultado seja dessa assimilação dos helenos, seja da persistência das populações anteriores, não helênicas. A guerra de Troia foi uma guerra na qual um dos dois lados representava a civilização, e esse lado era Troia. Pode-se perceber, pela entonação da *Ilíada*, que o poeta sabia disso. A Grécia no seu conjunto sempre teve em relação ao Egito uma atitude de respeito filial.

A origem oriental do cristianismo é evidente. Quer tenhamos em relação ao cristianismo uma atitude religiosa ou agnóstica, nos dois casos é certo que, enquanto fato histórico, ele foi preparado pelos séculos anteriores. Com exceção da Judeia, que é um país do Oriente, as correntes de pensamento que contribuíram para o cristianismo vinham do Egito, da Pérsia, talvez da Índia, e sobretudo da Grécia, mas da parte do pensamento grego diretamente inspirado pelo Egito e a Fenícia.

Quanto à Idade Média, seus momentos brilhantes foram aqueles em que a cultura oriental veio de novo fecundar a Europa, pelo intermédio dos árabes e também por outras vias misteriosas, visto que houve infiltrações de tradições persas. O Renascimento também foi, em parte, causado pelo estímulo dos contatos com Bizâncio.

Em outros momentos da história, certas influências orientais puderam ser fatores de decomposição. Foi o caso em Roma; é o caso em nossos dias. Mas, nos dois casos, trata-se de um pseudo-orientalismo fabricado pelos e para os esnobes, e não do contato com civilizações autênticas do Oriente.

Em resumo, parece que a Europa teve, periodicamente, necessidade de contatos reais com o Oriente para permanecer espiritualmente viva. É certo que há na Europa algo que se opõe ao espírito do Oriente, algo especificamente ocidental. Mas esse algo se encontra em estado puro e elevado ao quadrado na América, e ameaça nos devorar.

A civilização europeia é uma combinação do espírito do Oriente com seu contrário, uma combinação na qual o espírito do Oriente deve entrar em uma proporção bastante considerável. Esta proporção, hoje, está longe de ser efetiva. Precisamos de uma injeção de espírito oriental.



A Europa pode não ter outra maneira de evitar ser decomposta pela influência americana do que através de um novo contato, verdadeiro e profundo, com o Oriente. Atualmente, se juntarmos um americano, um inglês e um hindu, o americano e o inglês confraternizarão socialmente, enquanto se consideram muito superior um ao outro, e deixarão sozinho o hindu. A aparição progressiva de uma atmosfera em que os reflexos sejam diferentes talvez seja espiritualmente uma questão de vida ou morte para a Europa.

Ora, a colonização, longe de ser a possibilidade de contatos com as civilizações orientais, como foi o caso das Cruzadas, impede tais contatos. O meio muito restrito e muito interessante dos arabistas franceses talvez seja a única exceção. Para os ingleses que vivem na Índia, para os franceses que vivem na Indochina, o meio humano é constituído pelos Brancos. Os nativos fazem parte da decoração.

Também aqui os ingleses têm uma posição coerente. Eles negociam e é tudo. Os franceses, quer queiram quer não, transportam para todos os lugares os princípios de 1789. Por isso, só pode acontecer duas coisas. Ou os nativos, no apego à sua própria cultura, se sentem chocados com essa contribuição estrangeira. Ou eles adotam realmente esses princípios e se revoltam por não tirarem qualquer benefício deles. Por mais que isso possa parecer estranho, essas duas reações hostis existem frequentemente nos mesmos indivíduos.

Isso seria totalmente diferente se os contatos dos europeus com a Ásia, a África e a Oceania fossem feitos com base nas trocas entre as culturas. Nós sentimos nesses últimos anos, até o fundo da alma, que a civilização ocidental moderna, incluindo nossa concepção da democracia, é insuficiente. A Europa sofre de inúmeras doenças tão graves que não conseguimos sequer pensar sobre elas. Uma é o avanço sempre crescente das zonas rurais para as cidades e dos trabalhos manuais para as ocupações não manuais, que ameaça a base física da existência social. Outra é o desemprego. Outra é a destruição voluntária dos produtos de primeira necessidade como o trigo. Outra, a agitação perpétua e a necessidade constante de distrações. Uma outra, ainda, é a doença periódica da guerra total. A tudo isso acrescenta-se hoje a adaptação crescente a uma crueldade às vezes massiva e refinada, à manipulação mais brutal da matéria humana. Com tudo isso, não podemos mais nem dizer nem pensar que nós recebemos de cima a missão de ensinar o universo a viver.

Não obstante tudo isso, temos, talvez, certas lições a dar. Mas temos muitas lições a receber de formas de vida que, por mais imperfeitas que sejam, carregam, em todo caso, no seu passado milenar, a prova da sua estabilidade. Acusamo-las de serem imóveis. Na realidade, elas provavelmente são todas, há muito tempo, decadentes. Mas caem lentamente.

*À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC
LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS*



A infelicidade provocou em nós, franceses, uma aspiração muito vívida pelo nosso próprio passado. Aqueles que falam da tradição republicana da França não pensam na IIIª Republica, mas em 1789 e nos movimentos sociais do início do século passado. Aqueles que falam de sua tradição cristã não pensam na monarquia, mas na Idade Média. Muitos falam das duas, e podem fazê-lo sem nenhuma contradição. Esse passado é nosso; mas há o inconveniente de ser passado. Está ausente. As civilizações milenares do Oriente, apesar de grandes diferenças, estão muito mais próximas de nossa Idade Média do que nós mesmos. Aquecendo-nos na dupla radiação de nosso passado e das coisas presentes, que dele constituem uma imagem transposta, nós podemos encontrar a força para nos preparar um futuro.

Está em jogo o destino da espécie humana. Pois, da mesma forma que a hitlerização da Europa prepararia, talvez, a hitlerização do globo terrestre – realizada seja pelos alemães, seja pelos seus imitadores japoneses –, da mesma maneira uma americanização da Europa prepararia, provavelmente, uma americanização do globo terrestre. O segundo mal é menor que o primeiro, mas ele vem imediatamente após. Nos dois casos, a humanidade inteira perderia seu passado. Ora, o passado é algo que, uma vez totalmente perdido, não se encontra nunca mais. O homem, por seus esforços, faz em parte seu próprio futuro, mas ele não pode se fabricar um passado. Ele só pode conservá-lo.

Os enciclopedistas acreditavam que a humanidade não tem qualquer interesse em conservar seu passado. Instruídos por uma experiência cruel, nós estamos a ponto de abandonar esta crença. Mas não colocamos a questão em termos bastante claros para resolvê-la com precisão.

A questão de fundo é simples. Se as faculdades puramente humanas do homem são suficientes, não há nenhum inconveniente em fazer tábula rasa de todo o passado e em contar com os recursos da vontade e da inteligência para vencer qualquer espécie de obstáculo. Isso era o que nós pensávamos, e é nisso que no fundo ninguém acredita mais, exceto os americanos, pois eles não foram ainda atordoados pelo choque da infelicidade.

Se o homem necessita de uma ajuda externa, e se admitimos que esse recurso é de ordem espiritual, o passado é indispensável, pois ele é o depósito de todos os tesouros espirituais. Sem dúvida, no limite, a operação da graça põe o homem em contato direto com um outro mundo. Mas a influência dos tesouros espirituais do passado pode sozinha colocar uma alma no estado que é a condição necessária para que a graça seja recebida. Por isso não há religião sem tradição religiosa, e isso é verdade mesmo quando uma religião nova acaba de aparecer.



A perda do passado é equivalente à perda do sobrenatural. Embora nenhuma das duas perdas tenha se consumado na Europa, ambas estão bem avançadas para que possamos constatar experimentalmente tal correspondência.

Os americanos não têm outro passado além do nosso; eles se seguram a ele, através de nós, por fios extremamente tênues. Apesar deles, sua influência nos invadirá e, se não encontrar obstáculo suficiente, lhes retirará o pouco de passado que têm, se podemos assim dizer, ao mesmo tempo que nos privará do nosso. Por outro lado, o Oriente obstinadamente se agarrou ao seu passado até que nossa influência, em parte pelo prestígio do dinheiro, em parte pelo das armas, veio desenraizá-lo pela metade. Mas ele não foi desenraizado senão pela metade. O exemplo dos japoneses mostra, contudo, que, quando os orientais decidem adotar nossos defeitos, adicionando-os aos seus próprios, eles os elevam ao quadrado.

Nós, europeus, estamos no meio. Somos o pivô. O destino do gênero humano inteiro depende, sem dúvida, de nós, por um espaço de tempo provavelmente muito breve. Se deixarmos escapar a ocasião, provavelmente logo nos afundaremos, não apenas na impotência, mas no nada. Se, sempre com o olhar voltado para o futuro, tentarmos reestabelecer a comunicação com o nosso próprio passado milenar; se, nesse esforço, procurarmos um estímulo em uma amizade verdadeira, fundada sobre o respeito, com tudo o que no Oriente permanece ainda enraizado, poderemos, talvez, preservar o passado de um aniquilamento quase total, preservando, ao mesmo tempo, a vocação espiritual do gênero humano.

A aventura do pai de Foucauld, reconduzido à devoção, e em seguida à Cristo, por uma espécie de emulação diante do espetáculo da devoção árabe, seria assim como um símbolo do nosso próximo renascimento.

Para isso, é necessário que as populações ditas de cor, mesmo se são primitivas, parem de ser populações sujeitadas. Mas, do ponto de vista aqui esboçado, fazer delas nações ao estilo europeu, democráticas ou não, não seria melhor; seria, aliás, uma loucura, tanto nos casos em que isso é possível como naqueles em que é impossível. Já há nações demais no mundo.

Existe apenas uma única solução, que é a de encontrar para a palavra de proteção uma significação que não seja uma mentira. Até aqui, essa palavra só foi empregada para mentir. Se ela está muito desacreditada, podemos arranjar-lhe um sinônimo. O essencial é encontrar uma combinação pela qual populações não constituídas em nações, e que se encontram, em certos aspectos, na dependência de alguns Estados organizados, sejam suficientemente independentes, sob outros aspectos, para poderem sentir-se livres. Porque a liberdade, como a felicidade, define-se antes de tudo pelo sentimento que a possuímos. Esse sentimento não pode ser nem sugerido pela propaganda nem imposto pela



autoridade. Podemos somente, e muito facilmente, forçar as pessoas a exprimi-lo sem experimentá-lo. É isso que torna a distinção muito difícil. O critério é uma certa intensidade de vida moral que é sempre ligada à liberdade.

Há dois fatores favoráveis para a solução desse problema. O primeiro é que ele se apresentará também para as populações vulneráveis da Europa. Isto permite ter a esperança de que ele será mais estudado. O que podemos afirmar em princípio, desde já, é que, por exemplo, a pátria annamita e a pátria tcheca ou norueguesa merecem o mesmo grau de respeito.

Outro fator favorável é que a América, não tendo colônias, e conseqüentemente preconceitos coloniais, aplicando ingenuamente seus critérios democráticos a tudo o que não diz respeito a ela, não guarda simpatia pelo sistema colonial. Ela está, sem dúvida, a ponto de sacudir seriamente à Europa adormecida em sua rotina. Ora, tomando o partido das populações por nós sujeitadas, ela nos fornece, sem o saber, a melhor ajuda para resistir à sua própria influência no futuro próximo. Ela não o compreende; mas o que seria desastroso é que nós tampouco o compreendêssemos.

Enquanto a guerra durar, todos os territórios do mundo são, antes de mais nada, terras estratégicas e devem ser tratados como tais. Isso implica a dupla obrigação de não dizer nada que cause transtornos imediatos, e de tampouco negar toda esperança de mudança a milhões de seres infelizes que a infelicidade pode jogar na mão do inimigo. É essa dupla preocupação, aliás, que decide também nossa orientação em relação aos problemas sociais na França.

Mas, deixando de lado toda consideração estratégica, seria desastroso do ponto de vista político tomar publicamente uma posição que cristalice o *status quo ante*. Talvez a desconfiança dos americanos em relação a nós, quando ela não procede de motivos ruins, venha desse medo legítimo de uma cristalização que, ao impedir que os problemas urgentes se apresentem, suprima toda esperança de resolvê-los, até o momento em que uma nova catástrofe mundial mais uma vez os liberasse.

Em matéria social e política, nossa posição oficial consiste em estar disponível para tudo o que é justo, possível e conforme à vontade do povo francês. Esta posição só pode ser tomada se válida para todos os problemas sem exceção, com a diferença de que em todos os problemas que dizem respeito às relações com populações não francesas, quaisquer que elas sejam, a vontade do povo francês deve ser composta, em um compromisso de equilíbrio, com a vontade dessas populações e aquela das grandes nações que, depois de ter conquistado a vitória, terão mais ou menos a responsabilidade pela ordem no mundo.

Até recentemente, a França foi uma grande nação. Ela não o é nesse momento.

Philippe Lacour; Jade Oliveira Chaia; Michelly Alves Teixeira; Felipe Matos Lima Melo; Mariana Mendes Sbervelheri; Manuella Mucury Teixeira e Sèdjro Crédo Randal e Zitti



Ela voltará a sê-lo rapidamente se for capaz de fazer rapidamente o necessário para tanto. É natural que todos nós depositemos nisso a esperança. Mas esta não advém de um direito divino. Não há hierarquia de direito divino em questões políticas, muito menos em assuntos internacionais. O reconhecimento dessa verdade é compatível com o patriotismo mais intenso.

A grandeza passada da França veio, sobretudo, de sua influência espiritual e da aptidão que ela parecia possuir para abrir caminhos ao gênero humano.

Talvez possa ela reencontrar algo nesse sentido, mesmo antes de ter recuperado alguma força, mesmo antes da liberação do território. Prostrada, estendida no chão, ainda meio atordoada, talvez ela possa ainda tentar começar novamente a pensar o destino do mundo. Não o decidir, pois ela não tem nenhuma autoridade para isso. Mas pensá-lo, o que é completamente diferente.

Talvez isso seja o melhor estímulo, o melhor caminho para reencontrar o respeito por si mesma.

A primeira condição é a de evitar radicalmente cristalizar qualquer coisa, de antemão, em qualquer domínio.



À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS¹¹

Le problème d'une doctrine ou d'une foi pour l'inspiration du peuple français en France, dans sa résistance actuelle et dans la construction future, ne peut pas se séparer du problème de la colonisation. Une doctrine ne s'enferme pas à l'intérieur d'un territoire. Le même esprit s'exprime dans les relations d'un peuple avec ceux qui l'ont maîtrisé par la force, dans les relations intérieures d'un peuple avec lui-même, et dans ses relations avec ceux qui dépendent de lui.

Pour la politique intérieure de la France, personne n'a la folie de proclamer que la III^e République, telle quelle était le 3 septembre 1939, va ressusciter de toutes pièces. On parle seulement d'un régime conforme aux traditions de la France, c'est-à-dire, principalement, à l'inspiration qui a fait jouer à la France du Moyen Age un si grand rôle en Europe, et à l'inspiration de la Révolution française. C'est d'ailleurs la même en gros, traduite du langage catholique en langage laïque.

Si vraiment ce critérium est valable pour la France, s'il est réel, il ne doit pas y en avoir un autre pour les colonies.

Cela suppose non un maintien, mais une suspension du *statu quo* jusqu'à ce que le problème colonial ait été repensé, ou plutôt pensé. Car il n'y a jamais eu en France de doctrine coloniale. Il ne pouvait pas y en avoir. Il y a eu des pratiques coloniales.

Pour penser ce problème, il y a trois tentations à surmonter. La première est le patriotisme, qui incline à préférer son pays à la justice, ou à admettre qu'il n'y a jamais lieu en aucun cas de choisir entre l'un et l'autre. S'il y a dans la patrie quelque chose de sacré, nous devons reconnaître qu'il y a des peuples que nous avons privés de leur patrie. S'il n'y a rien de tel, nous ne devons pas tenir compte de notre pays quand il se pose un problème de justice.

La seconde tentation, c'est le recours aux compétences. Les compétences, en cette matière, ce sont les coloniaux. Ils sont partie dans le problème. Même, si le problème était posé à fond, ils pourraient devenir accusés. Leur jugement n'est pas impartial. D'ailleurs, s'ils ont quitté la France pour les colonies, c'est dans beaucoup de cas que d'avance le système colonial les attirait. Une fois là-bas surtout, leur situation leur a fait subir une transformation. Le langage

¹¹ Écrit à Londres pour les services de la *France Libre*.



des indigènes même les plus révoltés est un document moins accablant pour la colonisation que celui de beaucoup de coloniaux.

Les indigènes qui viennent en France aiment bien mieux avoir affaire, toutes les fois qu'ils peuvent, à des Français de France qu'à des coloniaux. Cette compétence n'est pas appréciée par eux. Mais en fait on les renvoie toujours à des coloniaux. Le prestige des compétences est tel en France que lorsque des indigènes hasardent une plainte contre un acte d'oppression, souvent cette plainte, de bureau en bureau, retourne à celui même contre qui elle était portée, et il en tire vengeance. On a tendance à faire la même opération à une grande échelle.

Non seulement cette compétence est viciée, mais elle est très fragmentaire. Elle l'est souvent dans l'espace, en ce sens que beaucoup connaissent un coin de l'empire et généralisent. Elle l'est surtout dans le temps. Excepté au Maroc, où certains Français sont devenus réellement amoureux de la culture arabe – et ce milieu, soit dit en passant, commence à constituer une source de renouvellement pour la culture française –, les Français coloniaux ne sont généralement pas curieux de l'histoire des pays où ils se trouvent. Le seraient-ils que l'administration française ne fait rien pour rendre une telle étude possible.

Comment prétendre qu'on comprend si peu que ce soit à un peuple quand on oublie qu'il a un passé ? Nous, ne cherchons-nous pas notre inspiration dans le passé de la France ? Croit-on qu'elle est seule à en avoir un ?

La troisième tentation est la tentation chrétienne. La colonisation constituant un milieu favorable pour les missions, les chrétiens sont tentés de l'aimer pour cette raison, même quand ils en reconnaissent les tares.

Mais, sans discuter la question – qui pourtant mériterait l'examen – de savoir si un hindou, un bouddhiste, un musulman ou un de ceux qu'on nomme païens n'a pas dans sa propre tradition un chemin vers la spiritualité que lui proposent les Eglises chrétiennes, en tout cas le Christ n'a jamais dit que les bateaux de guerre doivent accompagner même de loin ceux qui annoncent la Bonne Nouvelle. Leur présence change le caractère du message. Le sang des martyrs peut difficilement conserver l'efficacité surnaturelle qu'on lui attribue quand il est vengé par les armes. On veut avoir plus d'atouts dans son jeu qu'il n'est permis à l'homme quand on veut avoir à la fois César et la Croix.

Les plus fervents des laïques, des francs-maçons, des athées, aiment la colonisation pour une raison diamétralement contraire, mais mieux fondée dans les faits. Ils l'aiment comme une extirpeuse de religions, ce qu'elle est effectivement; le nombre des gens à qui elle fait perdre leur religion l'emporte de loin sur le nombre des gens à qui elle



en apporte une nouvelle. Mais ceux qui comptent sur elle pour répandre ce qu'on appelle la foi laïque se trompent aussi. La colonisation française entraîne bien, d'une part une influence chrétienne, d'autre part une influence des idées de 1789. Mais les deux influences sont relativement faibles et passagères. Il ne peut pas en être autrement, étant donné le mode de propagation de ces influences, et la distance exagérée entre la théorie et la pratique. L'influence forte et durable est dans le sens de l'incrédulité, ou plus exactement du scepticisme.

Le plus grave est que, comme l'alcoolisme, la tuberculose et quelques autres maladies, le poison du scepticisme est bien plus virulent dans un terrain naguère indemne. Nous ne croyons malheureusement pas à grand-chose. Nous fabriquons à notre contact une espèce d'hommes qui ne croit à rien. Si cela continue, nous en subirons un jour le contrecoup, avec une brutalité dont le Japon nous donne seulement un avant-goût.

On ne peut pas dire que la colonisation fasse partie de la tradition française. C'est un processus qui s'est accompli en dehors de la vie du peuple français. L'expédition d'Algérie a été d'un côté une affaire de prestige dynastique ; de l'autre une mesure de police méditerranéenne ; comme il arrive souvent, la défense s'est transformée en conquête. Plus tard l'acquisition de la Tunisie et du Maroc ont été, comme disait un de ceux qui ont pris une grande part à la seconde, surtout un réflexe de paysan qui agrandit son lopin de terre. La conquête de l'Indochine a été une réaction de revanche contre l'humiliation de 1870. N'ayant pas su résister aux Allemands, nous sommes allés en compensation priver de sa patrie, en profitant de troubles passagers, un peuple de civilisation millénaire, paisible et bien organisé. Mais le gouvernement de Jules Ferry a accompli cet acte en abusant de ses pouvoirs et en bravant ouvertement l'opinion publique française ; d'autres parties de la conquête ont été exécutées par des officiers ambitieux et dilettantes qui désobéissaient aux ordres formels de leurs chefs.

Les îles d'Océanie ont été prises au hasard de la navigation, sur l'initiative de tel ou tel officier, et livrées à une poignée de gendarmes, de missionnaires et de commerçants, sans que le pays s'y soit jamais intéressé.

Ce n'est guère que la colonisation en Afrique noire qui a provoqué l'intérêt public. C'était aussi la plus justifiable, étant donné l'état de ce malheureux continent, dont on ignore presque entièrement quelle fut l'histoire, mais où les Blancs avaient en tout cas causé tous les ravages possibles depuis quatre siècles, avec leurs armes à feu et leur commerce d'esclaves. Cela n'empêche pas qu'il y ait un problème non résolu de l'Afrique noire.

On ne peut pas dire que le *statu quo* soit une réponse aux problèmes de l'Empire français. Et il y a une autre chose encore qu'on ne peut ni dire ni penser. C'est que ce problème concerne seulement le peuple français. Ce serait exactement

Philippe Lacour; Jade Oliveira Chaia; Michelly Alves Teixeira; Felipe Matos Lima Melo; Mariana Mendes Sbervelheri; Manuella Mucury Teixeira e Sêdjro Crédo Randal e Zitti



aussi légitime que la prétention analogue de Hitler sur l'Europe centrale. Ce problème concerne, en dehors du peuple français, le monde entier, et avant tout les populations sujettes.

La force sur laquelle repose un empire colonial, c'est une flotte de guerre. La France a perdu presque toute la sienne. On ne peut pas dire qu'elle l'ait sacrifiée ; elle l'a perdue du fait de l'ennemi, qui s'en serait emparé si elle n'avait été détruite. Dès lors la France dépendra après la victoire, pour ses relations avec l'empire, des pays qui ont une flotte. Comment ces pays n'auraient-ils pas voix au chapitre dans tout grand problème concernant l'empire ? Si c'est la force qui décide, la France a perdu la sienne ; si c'est le droit, la France n'a jamais eu celui de disposer du destin de populations non françaises. En aucun sens, ni en droit ni en fait, on ne peut dire que les territoires habités par ces populations sont la propriété de la France.

La plus grande faute que pourrait commettre actuellement la France libre serait de vouloir, le cas échéant, maintenir cette prétention comme un absolu devant l'Amérique. Il ne peut rien y avoir de pire qu'une attitude radicalement opposée à la fois à l'idéal et à la réalité. Une attitude opposée à l'un des deux et conforme à l'autre a déjà de grands inconvénients ; mais l'autre les a tous.

Il faut regarder le problème colonial comme un problème nouveau. Deux idées essentielles peuvent y jeter quelque lumière.

La première idée, c'est que l'hitlérisme consiste dans l'application par l'Allemagne au continent européen, et plus généralement aux pays de race blanche, des méthodes de la conquête et de la domination coloniales. Les Tchèques les premiers ont signalé cette analogie quand, protestant contre le protectorat de Bohême, ils ont dit : « Aucun peuple européen n'a jamais été soumis à un tel régime. » Si on examine en détail les procédés des conquêtes coloniales, l'analogie avec les procédés hitlériens est évidente. On peut en trouver un exemple dans les lettres écrites par Lyautey de Madagascar. L'excès d'horreur qui depuis quelque temps semble distinguer la domination hitlérienne de toutes les autres s'explique peut-être par la crainte de la défaite. Il ne doit pas faire oublier l'analogie essentielle des procédés, d'ailleurs venus les uns et les autres du modèle romain. Cette analogie fournit une réponse toute faite à tous les arguments en faveur du système colonial. Car tous ces arguments, les bons, les moins bons et les mauvais, sont employés par l'Allemagne, avec le même degré de légitimité, dans sa propagande concernant l'unification de l'Europe.

Le mal que l'Allemagne aurait fait à l'Europe si l'Angleterre n'avait pas empêché la victoire allemande, c'est le mal que fait la colonisation, c'est le déracinement. Elle aurait privé les pays conquis de leur passé. La perte du passé, c'est la chute dans la servitude coloniale.



Ce mal que l'Allemagne a vainement essayé de nous faire, nous l'avons fait à d'autres. Par notre faute, de petits Polynésiens récitent à l'école : « Nos ancêtres les Gaulois avaient les cheveux blonds, les yeux bleus... » Alain Gerbault a décrit dans des livres qui ont été très lus, mais n'ont eu aucune influence, comment nous faisons littéralement mourir de tristesse ces populations en leur interdisant leurs coutumes, leurs traditions, leurs fêtes, toute leur joie de vivre.

Par notre faute, les étudiants et les intellectuels annamites ne peuvent pas, sauf de rares exceptions, pénétrer dans la bibliothèque qui contient tous les documents relatifs à l'histoire de leur pays. L'idée qu'ils se font de leur patrie avant la conquête, ils la tiennent de leurs pères. Cette idée est, à tort ou à raison, celle d'un Etat paisible, sagement administré, où le surplus de riz était conservé dans des entrepôts pour être distribué en temps de famine, contrairement à la pratique plus récente d'exporter le riz du sud pendant que la famine ravage les populations du nord. La machine de l'État reposait entièrement sur les concours, auxquels toutes les classes sociales pouvaient prendre part. Il suffisait d'avoir étudié, et on le pouvait même sans fortune et dans un lointain village. Les concours avaient lieu tous les trois ans. Les candidats s'assemblaient dans une prairie, et pendant trois jours composaient un essai sur un thème donné, généralement tiré de la philosophie chinoise classique. Les concours avaient des degrés de difficulté différents, et on passait de degré en degré. Chaque concours fournissait le milieu dans lequel étaient choisis les fonctionnaires de la dignité correspondante, et au concours le plus élevé correspondait la dignité de Premier ministre ; l'empereur n'était pas libre de prendre un Premier ministre ailleurs. Il y avait un très haut degré de décentralisation dans l'administration et dans la culture ; il y en a des traces même maintenant dans certains villages du nord du Tonkin, où les paysans connaissent les caractères chinois et improvisent de la poésie au cours des grandes fêtes.

Ce tableau est peut-être embelli, mais il faut avouer qu'il correspond à l'impression que donnent certaines lettres de missionnaires au XVII^e siècle. En tout cas, quelle qu'y soit la part de légende, ce passé est le passé de ce peuple, et il ne saurait trouver d'inspiration ailleurs. Il en est déjà presque entièrement déraciné, mais non pas entièrement. Si, une fois les Japonais chassés, il retombe sous la domination européenne, le mal sera sans remède.

Quelque soulagement que doive probablement causer le départ des Japonais, une continuation de la domination française ne serait sans doute pas subie sans horreur, à cause des atrocités qui, d'après des témoignages concordants, ont été commises par les Français pour réprimer une rébellion au moment de l'accord franco-japonais. D'après l'un de ces témoignages, des villages auraient été anéantis par des



bombardements aériens, et des milliers de personnes, accusées d'être les familles des rebelles, mises sur des pontons et coulées. Quoique ces atrocités, si elles sont exactes, aient été commises par les hommes de Vichy, la population annamite ne fera pas la distinction.

En privant les peuples de leur tradition, de leur passé, par suite de leur âme, la colonisation les réduit à l'état de matière humaine. Les populations des pays occupés ne sont pas autre chose aux yeux des Allemands. Mais on ne peut pas nier que la plupart des coloniaux n'aient la même attitude envers les indigènes. Le travail forcé a été extrêmement meurtrier dans l'Afrique noire française, et la méthode des déportations massives y a été pratiquée pour peupler la boucle du Niger. En Indochine, le travail forcé existe dans les plantations sous des déguisements transparents ; les fuyards sont ramenés par la police et parfois, comme châtiment, exposés aux fourmis rouges ; un Français, ingénieur dans une de ces plantations, disait au sujet des coups qui y sont la punition la plus ordinaire : « Même si on se place du point de vue de la bonté, c'est le meilleur procédé, car, comme ils sont à l'extrême limite de la fatigue et de la faim, toute autre punition serait plus cruelle. » Un Cambodgien, domestique d'un gendarme français, disait : « Je voudrais être le chien du gendarme ; on lui donne à manger et il n'est pas battu. »

246 Dans notre lutte contre l'Allemagne, nous pouvons avoir deux attitudes. Quelle que soit la nécessité de l'union, il faut absolument choisir, rendre le choix public et l'exprimer dans les actes. Nous pouvons regretter que l'Allemagne ait accompli ce que nous aurions désiré voir accomplir par la France. C'est ainsi que quelques jeunes Français disent qu'ils sont derrière le général de Gaulle pour les mêmes motifs qui les rangeraient derrière Hitler s'ils étaient Allemands. Ou bien nous pouvons avoir horreur non de la personne ou de la nationalité, mais de l'esprit, des méthodes, des ambitions de l'ennemi. Nous ne pouvons guère faire que le second choix. Autrement il est inutile de parler de la Révolution française ou du christianisme. Si nous faisons ce choix, il faut le montrer par toutes nos attitudes.

Lutter contre les Allemands, ce n'est pas une preuve suffisante que nous aimons la liberté. Car les Allemands ne nous ont pas seulement enlevé notre liberté. Ils nous ont enlevé aussi notre puissance, notre prestige, notre tabac, notre vin et notre pain. Des mobiles mélangés soutiennent notre lutte. La preuve décisive serait de favoriser tout arrangement assurant une liberté au moins partielle à ceux à qui nous l'avons enlevée. Nous pouvons ainsi persuader non seulement aux autres, mais à nous-mêmes, que nous sommes vraiment inspirés par un idéal.

L'analogie entre l'hitlérisme et l'expansion coloniale, en nous dictant du point de vue moral l'attitude à prendre, fournit aussi la solution pratique la moins mauvaise. L'expérience des dernières années montre qu'une Europe formée de

*À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC
LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS*



nations grandes et petites, toutes souveraines, est impossible. La nationalité est un phénomène indéfini sur une grande partie du territoire européen. Même dans un pays comme la France, l'unité nationale a subi un choc assez rude ; Bretons, Lorrains, Parisiens, Provençaux ont une conscience bien plus aiguë qu'avant la guerre d'être différents les uns des autres. Malgré plusieurs inconvénients, cela est loin d'être un mal. En Allemagne, les vainqueurs s'efforceront d'affaiblir le plus possible le sentiment d'unité nationale. Très probablement une partie de la vie sociale en Europe sera morcelée à une échelle beaucoup plus petite que l'échelle nationale ; une autre partie sera unifiée à une échelle beaucoup plus grande ; la nation ne sera qu'un des cadres de la vie collective, au lieu d'être pratiquement tout, comme au cours des vingt dernières années. Pour les pays faibles, mais à longue tradition accompagnée d'une conscience aiguë, comme la Bohême, la Hollande, les pays Scandinaves, il sera nécessaire d'élaborer un système d'indépendance combinée avec une protection militaire extérieure. Ce système peut être appliqué tel quel sur d'autres continents. Il va de soi qu'en ce cas l'Indochine serait, comme elle a toujours été, dans l'orbite de la Chine. La partie arabe de l'Afrique pourrait retrouver une vie propre sans perdre toute espèce de lien avec la France. Quant à l'Afrique noire, il semble raisonnable que pour les problèmes d'ensemble elle dépende tout entière de l'Europe tout entière, et que pour tout le reste elle reprenne une vie heureuse village par village.

247

La seconde idée qui peut éclairer le problème colonial, c'est que l'Europe est située comme une sorte de moyenne proportionnelle entre l'Amérique et l'Orient. Nous savons très bien qu'après la guerre l'américanisation de l'Europe est un danger très grave, et nous savons très bien ce que nous perdrons si elle se produisait. Or ce que nous perdrons, c'est la partie de nous-mêmes qui est toute proche de l'Orient.

Nous regardons les Orientaux, bien à tort, comme des primitifs et des sauvages, et nous le leur disons. Les Orientaux nous regardent, non sans quelques motifs, comme des barbares, mais ne le disent pas. De même nous avons tendance à regarder l'Amérique comme n'ayant pas une vraie civilisation, et les Américains à croire que nous sommes des primitifs.

Si un Américain, un Anglais et un Hindou sont ensemble, les deux premiers ont en commun ce que nous nommons la culture occidentale, c'est-à-dire une certaine participation à une atmosphère intellectuelle composée par la science, la technique et les principes démocratiques. À tout cela l'Hindou est étranger. En revanche l'Anglais et lui ont en commun quelque chose dont l'Américain est absolument privé. Ce quelque chose, c'est un passé. Leurs passés sont différents, certes. Mais beaucoup moins qu'on ne le croit. Le passé de l'Angleterre, c'est le christianisme, et auparavant un système de croyances



probablement proche de l'hellénisme. La pensée hindoue est très proche de l'un et de l'autre.

Nous autres Européens en lutte contre l'Allemagne, nous parlons beaucoup aujourd'hui de notre passé. C'est que nous avons l'angoisse de le perdre. L'Allemagne a voulu nous l'arracher ; l'influence américaine le menace. Nous n'y tenons plus que par quelques fils. Nous ne voulons pas que ces fils soient coupés. Nous voulons nous y réenraciner. Or ce dont nous avons trop peu conscience, c'est que notre passé nous vient en grande partie d'Orient.

C'est devenu un lieu commun de dire que notre civilisation, étant d'origine gréco-latine, s'oppose à l'Orient. Comme beaucoup de lieux communs, c'est là une erreur. Le terme gréco-latine ne veut rien dire de précis. L'origine de notre civilisation est grecque. Nous n'avons reçu des Latins que la notion d'État, et l'usage que nous en faisons donne à penser que c'est un mauvais héritage. On dit qu'ils ont inventé l'esprit juridique ; mais la seule chose certaine là-dessus, c'est que leur système juridique est le seul qui se soit conservé. Depuis qu'on connaît un code babylonien vieux de quatre mille ans, on ne peut plus croire qu'ils aient eu un monopole. Dans tout autre domaine, leur apport créateur a été nul.

Quant aux Grecs, source authentique de notre culture, ils avaient reçu ce qu'ils nous ont transmis. Jusqu'à ce que l'orgueil des succès militaires les ait rendus impérialistes, ils l'ont avoué ouvertement. Hérodote est on ne peut plus clair à ce sujet. Il y avait, avant les temps historiques, une civilisation méditerranéenne dont l'inspiration venait avant tout d'Égypte, en second lieu des Phéniciens. Les Hellènes sont arrivés sur les bords de la Méditerranée comme une population de conquérants nomades presque sans culture propre. Ils ont imposé leur langue, mais reçu la culture du pays conquis. La culture grecque a été le fait soit de cette assimilation des Hellènes, soit de la persistance des populations antérieures, non helléniques. La guerre de Troie a été une guerre où l'un des deux camps représentait la civilisation, et ce camp, c'était Troie. On sent par l'accent de l'Iliade que le poète le savait. La Grèce dans son ensemble a toujours eu envers l'Égypte une attitude de respect filial.

L'origine orientale du christianisme est évidente. Qu'on ait à l'égard du christianisme une attitude croyante ou agnostique, dans les deux cas il est certain que comme fait historique il a été préparé par les siècles antérieurs. En dehors de la Judée, qui est un pays d'Orient, les courants de pensée qui y ont contribué venaient d'Égypte, de Perse, peut-être de l'Inde, et surtout de Grèce, mais de la partie de la pensée grecque directement inspirée par l'Égypte et la Phénicie.

Quant au Moyen Âge, les moments brillants du Moyen Âge ont été ceux où la culture orientale est venue de nouveau féconder l'Europe, par l'intermédiaire des Arabes et aussi par d'autres voies mystérieuses, puisqu'il y a eu des infiltrations de

*À PROPOS DE LA QUESTION COLONIALE DANS SES RAPPORTS AVEC
LE DESTIN DU PEUPLE FRANÇAIS*



traditions persanes. La Renaissance aussi a été en partie causée par le stimulant des contacts avec Byzance.

À d'autres moments de l'histoire, certaines influences orientales ont pu être des facteurs de décomposition. C'était le cas à Rome ; c'est le cas de nos jours. Mais, dans les deux cas, il s'agit d'un pseudo-orientalisme fabriqué par et pour des snobs, et non pas de contact avec les civilisations d'Orient authentiques.

En résumé, il semble que l'Europe ait périodiquement besoin de contacts réels avec l'Orient pour rester spirituellement vivante. Il est exact qu'il y a en Europe quelque chose qui s'oppose à l'esprit d'Orient, quelque chose de spécifiquement occidental. Mais ce quelque chose se trouve à l'état pur et à la puissance deux en Amérique et menace de nous dévorer.

La civilisation européenne est une combinaison de l'esprit d'Orient avec son contraire, combinaison dans laquelle l'esprit d'Orient doit entrer dans une proportion assez considérable. Cette proportion est loin d'être réalisée aujourd'hui. Nous avons besoin d'une injection d'esprit oriental.

L'Europe n'a peut-être pas d'autre moyen d'éviter d'être décomposée par l'influence américaine qu'un contact nouveau, véritable, profond avec l'Orient. Actuellement, si on met ensemble un Américain, un Anglais et un Hindou, l'Américain et l'Anglais fraterniseront extérieurement, tout en se regardant chacun comme très supérieur à l'autre, et laisseront l'Hindou seul. L'apparition progressive d'une atmosphère où les réflexes soient différents est peut-être spirituellement une question de vie ou de mort pour l'Europe.

Or la colonisation, loin d'être l'occasion de contacts avec des civilisations orientales, comme ce fut le cas pour les Croisades, empêche de tels contacts. Le milieu très restreint et très intéressant des arabisants français est peut-être la seule exception. Pour des Anglais vivant en Inde, pour les Français vivant en Indochine, le milieu humain est constitué par les Blancs. Les indigènes font partie du décor.

Encore les Anglais ont-ils une position cohérente. Ils font des affaires et c'est tout. Les Français, qu'ils le veuillent ou non, transportent partout les principes de 1789. Dès lors il ne peut arriver que deux choses. Ou les indigènes se sentent choqués dans leur attachement à leur propre tradition par cet apport étranger. Ou ils adoptent sincèrement ces principes et sont révoltés de n'en pas avoir le bénéfice. Si étrange que cela puisse paraître, ces deux réactions hostiles existent souvent chez les mêmes individus.

Il en serait tout autrement si les contacts des Européens avec l'Asie, l'Afrique, l'Océanie, se faisaient sur la base des échanges de culture. Nous avons senti ces dernières années jusqu'au fond de l'âme que la civilisation occidentale



moderne, y compris notre conception de la démocratie, est insuffisante. L'Europe souffre de plusieurs maladies tellement graves qu'on ose à peine y penser. L'une est la poussée toujours croissante des campagnes vers les villes et des métiers manuels vers les occupations non manuelles, qui menace la base physique de l'existence sociale. Une autre est le chômage. Une autre est la destruction volontaire de produits de première nécessité, comme le blé. Une autre est l'agitation perpétuelle et le besoin constant de distractions. Une autre est la maladie périodique de la guerre totale. À tout cela s'ajoute aujourd'hui l'accoutumance croissante à une cruauté à la fois massive et raffinée, au maniement le plus brutal de la matière humaine. Avec tout cela, nous ne pouvons plus ni dire ni penser que nous ayons reçu d'en haut la mission d'apprendre à vivre à l'univers.

Malgré tout cela, nous avons sans doute certaines leçons à donner. Mais nous en avons beaucoup à recevoir de formes de vie qui, si imparfaites soient-elles, portent en tout cas dans leur passé millénaire la preuve de leur stabilité. On les accuse d'être immobiles. En réalité elles sont probablement toutes depuis longtemps décadentes. Mais elles tombent lentement.

Le malheur a suscité en nous, Français, une aspiration très vive vers notre propre passé. Ceux qui parlent de la tradition républicaine de la France ne pensent pas à la III^e République, mais à 1789 et aux mouvements sociaux du début du siècle dernier. Ceux qui parlent de sa tradition chrétienne ne pensent pas à la monarchie, mais au Moyen Âge. Beaucoup parlent des deux, et le peuvent sans aucune contradiction. Ce passé est nôtre ; mais il a l'inconvénient d'être passé. Il est absent. Les civilisations millénaires d'Orient, malgré de très grandes différences, sont beaucoup plus proches de notre Moyen Âge que nous ne le sommes nous-mêmes. En nous réchauffant au double rayonnement de notre passé et des choses présentes qui en constituent une image transposée, nous pouvons trouver la force de nous préparer un avenir.

Il y va du destin de l'espèce humaine. Car de même que l'hitlérisme de l'Europe préparerait sans doute l'hitlérisme du globe terrestre – accomplie soit par les Allemands, soit par leurs imitateurs japonais – de même une américanisation de l'Europe préparerait sans doute une américanisation du globe terrestre. Le second mal est moindre que le premier, mais il vient immédiatement après. Dans les deux cas, l'humanité entière perdrait son passé. Or le passé est une chose qui, une fois tout à fait perdue, ne se retrouve jamais plus. L'homme par ses efforts fait en partie son propre avenir, mais il ne peut pas se fabriquer un passé. Il ne peut que le conserver.

Les encyclopédistes croyaient que l'humanité n'a aucun intérêt à conserver son passé. Instruits par une expérience cruelle, nous sommes en train de revenir de



cette croyance. Mais nous ne posons pas la question en termes assez clairs pour la trancher nettement.

Le fond de la question est simple. Si les facultés purement humaines de l'homme suffisent, il n'y a aucun inconvénient à faire table rase de tout le passé et à compter sur les ressources de la volonté et de l'intelligence pour vaincre toute espèce d'obstacle. C'est ce qu'on a cru, et c'est ce qu'au fond personne ne croit plus, excepté les Américains, parce qu'ils n'ont pas encore été étourdis par le choc du malheur.

Si l'homme a besoin d'un secours extérieur, et si l'on admet que ce secours est d'ordre spirituel, le passé est indispensable, parce qu'il est le dépôt de tous les trésors spirituels. Sans doute l'opération de la grâce, à la limite, met l'homme en contact direct avec un autre monde. Mais le rayonnement des trésors spirituels du passé peut seul mettre une âme dans l'état qui est la condition nécessaire pour que la grâce soit reçue. C'est pourquoi il n'y a pas de religion sans tradition religieuse, et cela est vrai même lorsqu'une religion nouvelle vient d'apparaître.

La perte du passé équivaut à la perte du surnaturel. Quoique ni l'une ni l'autre perte ne soit encore consommée en Europe, l'une et l'autre sont assez avancées pour que nous puissions constater expérimentalement cette correspondance.

Les Américains n'ont d'autre passé que le nôtre ; ils y tiennent, à travers nous, par des fils extrêmement ténus. Même malgré eux, leur influence va nous envahir et, si elle ne rencontre pas d'obstacle suffisant, leur ôtera leur peu de passé, si l'on peut s'exprimer ainsi, en même temps qu'elle nous privera du nôtre. De l'autre côté, l'Orient s'est accroché obstinément à son passé jusqu'à ce que notre influence, moitié par le prestige de l'argent, moitié par celui des armes, soit venue le déraciner à moitié. Mais il ne l'est encore qu'à moitié. Pourtant l'exemple des Japonais montre que quand des Orientaux se décident à adopter nos tares, en les ajoutant aux leurs propres, ils les portent à la puissance deux.

Nous, Européens, nous sommes au milieu. Nous sommes le pivot. Le destin du genre humain tout entier dépend sans doute de nous, pour un espace de temps probablement très bref. Si nous laissons échapper l'occasion, nous sombrerons probablement bientôt non seulement dans l'impuissance, mais dans le néant. Si, tout en gardant le regard tourné vers l'avenir, nous essayons de rentrer en communication avec notre propre passé millénaire ; si dans cet effort nous cherchons un stimulant dans une amitié réelle, fondée sur le respect, avec tout ce qui en Orient est encore enraciné, nous pourrions peut-être préserver d'un anéantissement presque total le passé, et en même temps la vocation spirituelle du genre humain.



L'aventure du père de Foucauld, ramené à la piété, et par suite au Christ, par une espèce d'émulation devant le spectacle de la piété arabe, serait ainsi comme un symbole de notre prochaine renaissance.

Pour cela, il faut que les populations dites de couleur, même si elles sont primitives, cessent d'être des populations sujettes. Mais du point de vue esquissé ici, faire avec elles des nations à l'européenne, démocratiques ou non, ne vaudrait pas mieux ; ce serait d'ailleurs une folie, aussi bien dans les cas où c'est possible que dans ceux où c'est impossible. Il n'y a que trop de nations dans le monde.

Il n'y a qu'une seule solution, c'est de trouver pour le mot de protection une signification qui ne soit pas un mensonge. Jusqu'ici ce mot n'a été employé que pour mentir. S'il est trop discrédité, on peut lui chercher un synonyme. L'essentiel est de trouver une combinaison par laquelle des populations non constituées en nations, et se trouvant à certains égards dans la dépendance de certains États organisés, soient suffisamment indépendantes à d'autres égards pour pouvoir se sentir libres. Car la liberté, comme le bonheur, se définit avant tout par le sentiment qu'on la possède. Ce sentiment ne peut être ni suggéré par la propagande ni imposé par l'autorité. On peut seulement, et très facilement, forcer les gens à l'exprimer sans l'éprouver. C'est ce qui rend la discrimination très difficile. Le critérium est une certaine intensité de vie morale qui est toujours liée à la liberté.

Il y a deux facteurs favorables pour la solution de ce problème. Le premier, c'est qu'il se posera aussi pour les populations faibles d'Europe. Cela peut faire espérer qu'il sera étudié davantage. Ce qu'on peut poser en principe dès maintenant, c'est que, par exemple, la patrie annamite et la patrie tchèque ou norvégienne méritent le même degré de respect.

L'autre facteur favorable, c'est que l'Amérique, n'ayant pas de colonies, et par suite pas de préjugés coloniaux, et appliquant naïvement ses critères démocratiques à tout ce qui ne la regarde pas elle-même, considère le système colonial sans sympathie. Elle est sans doute sur le point de secouer sérieusement l'Europe engourdie dans sa routine. Or en prenant le parti des populations soumises par nous, elle nous fournit, sans le comprendre, le meilleur secours pour résister dans l'avenir prochain à sa propre influence. Elle ne le comprend pas ; mais ce qui serait désastreux, ce serait que nous ne le comprenions pas non plus.

Tant que la guerre dure, tous les territoires du monde sont avant tout des terrains stratégiques et doivent être traités comme tels. Cela implique la double obligation de ne rien dire qui cause des bouleversements immédiats, et de ne pas non plus ôter toute espérance de changement à des millions d'êtres malheureux que le malheur peut



jeter du côté de l'ennemi. C'est d'ailleurs ce double souci qui décide aussi de notre orientation à l'égard des problèmes sociaux en France.

Mais en mettant à part toute considération stratégique, du point de vue politique il serait désastreux de prendre publiquement une position qui cristallise le *statu quo ante*. Peut-être la défiance des Américains à notre égard, quand elle ne procède pas de mauvais motifs, vient-elle de cette crainte légitime d'une cristallisation qui, en empêchant les problèmes urgents de se poser, ôte tout espoir de les résoudre, jusqu'au moment où une nouvelle catastrophe mondiale les ouvrirait à nouveau.

En matière politique et sociale, notre position officielle consiste à être disponibles pour tout ce qui sera juste, possible et conforme à la volonté du peuple français. Cette position ne peut être tenue que si elle vaut pour tous les problèmes sans exception, avec cette différence que dans tous les problèmes concernant les relations avec des populations non françaises, quelles qu'elles soient, la volonté du peuple français doit être composée, en un compromis qui fasse équilibre, avec la volonté de ces populations et celle des grandes nations qui, après avoir remporté la victoire, auront plus ou moins la responsabilité de l'ordre dans le monde.

Jusqu'à une date récente, la France a été une grande nation. Elle ne l'est pas en ce moment.

Elle le redeviendra rapidement si elle est capable de faire rapidement le nécessaire à cet effet. Il est naturel que nous en ayons tous l'espérance. Mais elle ne l'est pas de droit divin. Il n'y a pas plus de hiérarchie de droit divin en matière internationale qu'en matière politique. La reconnaissance de cette vérité est compatible avec le patriotisme le plus intense.

La grandeur passée de la France est venue surtout de son rayonnement spirituel et de l'aptitude qu'elle semblait posséder à ouvrir des routes au genre humain.

Peut-être peut-elle retrouver quelque chose de cela, même avant d'avoir récupéré aucune puissance, même avant la libération du territoire. Prostrée, étendue à terre, encore à demi assommée, peut-être peut-elle quand même essayer de commencer de nouveau à penser le destin du monde. Non pas en décider, car elle n'a aucune autorité pour cela. Le penser, ce qui est tout à fait différent.

Ce serait peut-être là le meilleur stimulant, le meilleur chemin pour retrouver le respect de soi-même.

La première condition, c'est de se garder absolument de rien cristalliser d'avance en aucun domaine.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEIL, Simone. *Contre le colonialisme*. Paris : Rivages, 2018.

